



Homologado pregão de remoção dos juízes titulares da JFES

Foi homologado quinta-feira, 05, pelo presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, o pregão de remoção de juízes federais titulares da 2ª Região, realizado no último dia 02, no Rio de Janeiro, com transmissão por videoconferência para o auditório da JFES.

A publicação da decisão ocorrerá em 48 horas, contadas a partir de 06 de agosto, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R).

Veja abaixo os novos juízes federais titulares das Varas Federais capixabas que sofreram alteração com o pregão:

1ª Vara Federal Cível – Alexandre Miguel
4ª Vara Federal Cível – Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha
2ª Vara Federal de Execução Fiscal – Alceu Maurício Júnior
3ª Vara Federal de Execução Fiscal – Américo Bedê Freire Júnior

Os juízes federais Wilson José Witzel (3ª VF-EF), Hudson Targino Gurgel (VF-Linhares) e Adriana Alves dos Santos Cruz (VF-Colatina), por sua vez, se despediram do Espírito Santo. Eles assumirão as titularidades, respectivamente, da 2ª VF-São João de Meriti, da 3ª e da 4ª Varas Federais de Volta Redonda.

Com as movimentações, ficarão vagas, na JFES, as titularidades das Varas Federais de Serra, Linhares, Colatina e São Mateus, além da 2ª VF-Cachoeiro de Itapemirim. Elas serão objeto de novo pregão, desta vez destinado à promoção de juízes substitutos, cujo edital deve ser lançado em setembro..

JFES lança seu primeiro curso de Ensino à Distância

A Seção de Desenvolvimento de RH e Estágio (Sedre/NGP) abriu segunda-feira, 02, inscrições para o primeiro curso à distância da SJES. Com o tema “Direito Previdenciário – Questões Práticas (Módulo I)”, o curso é voltado para servidores lotados em varas cíveis especializadas em Direito Previdenciário e Juizados Especiais Federais autônomos e adjuntos. Estão sendo oferecidas 20 vagas.

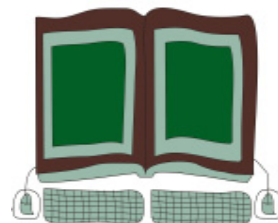
O conteúdo do treinamento foi elaborado pelo juiz federal Rogério Moreira Alves e seu objetivo é aprimorar a eficiência na aplicação de conceitos de Direito Previdenciário na elaboração de minutas de sentenças, decisões e despachos, na triagem de processos e na análise de documentos.

O curso será realizado de 09 de agosto a 03 de setembro.

Flexibilidade

A implantação de cursos à distância na SJES obedece à orientação do Conselho da Justiça Federal (CJF). A ideia foi encampada ano passado pelo diretor do foro, juiz federal

Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, e também pelo coordenador de cursos, juiz federal Wilson José Witzel. No segundo semestre, o Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP), em conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), começou a idealizar um projeto piloto utilizando a plataforma “Moodle”. Foram feitos vários testes e agora o projeto começa a ser implantado pra valer.



A expectativa, de acordo com a Sedre/NGP, é difundir cada vez mais o ensino à distância como ferramenta principal de capacitação na Seção Judiciária, tendo em vista interiorização das varas federais, que dificulta a realização do ensino presencial. Como principal vantagem do ensino à distância, destaca-se a maior flexibilidade no aprendizado, que pode ser realizado em qualquer horário e local. Por essa característica mais dinâmica, também requer uma mudança de atitude por parte do aluno, que passa, de certa forma, a gerenciar o seu próprio treinamento.

Site do TRF2 ficará indisponível na sexta-feira à noite

Tendo em vista a necessidade de execução de serviços de manutenção, o acesso ao site do Tribunal Regional Federal da 2ª Região estará indisponível hoje (06/08), das 19 às 22 horas. ACOS/TRF2

JFES lança para testes sua nova página na Internet

A JFES lançou na última quinta (05/08) para testes junto a seus usuários internos – juízes e servidores – sua nova página na internet. Inicialmente ela será acessada por um *link* provisório. Após o período de testes para adequação de conteúdo e acertos técnicos, que deve durar uma semana, o endereço passará a ser o mesmo da página atual. A expectativa é de que a nova página seja lançada ainda no mês de agosto.

Atualização

Em julho de 2008, a juíza federal Eloá Alves Ferreira, então diretora do foro desta Seccional, instituiu comissão cujo objetivo era “identificar os problemas técnicos e de conteúdo que abrigam o sítio da SJES na internet e na intranet, para propor um projeto de atualização dos meios eletrônicos”. Esta comissão era composta por servidores da Seção de Comunicação Social (Secom) e do Núcleo de Informática, atual Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

A escolha de servidores das duas áreas levou em conta, no caso da Seção de Desenvolvimento em Informática (Sedin/NTI), que esta seção tem competência para desenvolver páginas da intranet e internet. Quanto à Secom, a seção já vinha coordenando, conforme designação de portaria da Direção do Foro, desde 2006, diversos conteúdos da intranet e da internet.

Os membros da Comissão de Atualização dos Meios Eletrônicos da SJES passaram a discutir a contratação de empresa ou profissional especializado para, inicialmente, “reformular a página da SJES na internet, visando torná-la mais limpa, organizada, atraente e acessível, de forma que o usuário encontre com facilidade e de forma eficiente as informações que procura”. A proposta foi incluída no planejamento da Sedin/NTI e da Secom para o biênio 2009/2010.

Especialista

Como não havia no quadro funcional da Seção Judiciária servidor com essas qualificações, após deferimento do atual diretor do foro, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, optou-se pela contratação de especialista na área de Web Design.

Enquanto isso, os servidores da comissão se reuniam periodicamente para discutir os conteúdos necessários à modernização do site da JFES. Nesse período, diversos sites foram visitados, especialmente dos Tribunais Superiores, Regionais Federais e Seccionais, para que se identificasse itens essenciais à mudança em nossa página.

Numa coisa todos da comissão concordavam: o novo site tinha que ser mais limpo e de fácil acesso. Com essas premissas como base, a comissão elaborou um ‘espelho’ da página inicial, de onde saíam os menus. Não foram discutidos conteúdos, que migrariam automaticamente, mas sim o layout da página.

Acessibilidade

De acordo com Juliana Pezzin, supervisora da Sedin/NTI, a comissão também trabalhou para que o novo site fosse desenvolvido de acordo com os padrões de acessibilidade, conforme especificações constantes em <http://www.acessobrasil.org.br>, uma vez que a acessibilidade à web é parte integrante do projeto brasileiro de inclusão digital para as pessoas portadoras de necessidades especiais. “Dessa forma, nosso novo site é facilmente lido por uma ferramenta de apoio a deficientes visuais, tal como a ferramenta livre DOSVOX (<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>). Todas as opções da página são facilmente acessadas pelos deficientes visuais”.

Senado aprova Eliana Calmon para a Corregedoria do CNJ

A ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal para o cargo de corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A aprovação do nome da ministra ocorreu no final da tarde desta quarta-feira (4/08). O próximo passo será a nomeação pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Pela manhã, a ministra foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) daquela casa legislativa. Ela vai substituir o ministro Gilson Dipp no cargo. O CNJ tem a missão de controlar a atuação administrativa e financeira dos órgãos do Judiciário, além de supervisionar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. O órgão é composto por 15 integrantes, com mandato de dois anos, sendo admitida uma recondução. **Fonte: Agência Senado**

Próximos eventos da Emarf

Serão realizados, no dia 09 de agosto, o Fórum “Direitos fundamentais em situação de crise” (veja o cartaz em <http://www.trf2.gov.br/emarf/documents/cartazforumcriseconst2010.pdf>) e, no dia 13 de agosto, o Fórum “Ativismo judicial na visão da Fazenda Pública” (<http://www.trf2.gov.br/emarf/documents/cartazforumativismo2010.pdf>)

Os dois eventos acontecem no auditório do TRF2, das 9 às 13 horas, no Rio de Janeiro, são abertos ao público e serão transmitidos por videoconferência para a sede da Justiça Federal capixaba, localizada na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória-ES.

Inscriva-se pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou pelo telefone 27-3183-5187.

CJF aprova proposta de R\$ 6,7 bilhões para a Justiça Federal em 2011

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou nesta terça-feira (3) a proposta orçamentária de 2011 para toda a Justiça Federal, no valor de R\$6.780.704.392,00 (seis bilhões, setecentos e oitenta milhões, setecentos e quatro mil e trezentos e noventa e dois reais). O montante é 2,44% superior à Lei Orçamentária de 2010. A proposta foi aprovada por unanimidade na sessão presidida pelo ministro Cesar Asfor Rocha.

De acordo com o relator da matéria, ministro Ari Pargendler, a proposta observou os parâmetros estabelecidos no PL 04/2010 – PLDO 2011, que aguarda sanção do presidente da República.

No valor total, estão previstos:

- R\$ 5.731.544.943,00 para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, bem como os benefícios assistenciais;
- R\$ 858.421.096,00 para as despesas com a manutenção das unidades da Justiça Federal, bem como as decorrentes da instalação das varas federais e assistência jurídica a pessoas carentes;
- R\$ 190.738.353,00 para projetos, contemplando, totalmente, as obras com previsão de término em 2011.

Assessoria de Comunicação do CJF

Ministro Ari Pargendler é eleito, por aclamação, presidente do CJF e do STJ

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu, nesta terça-feira (3), por aclamação, os nomes dos ministros Ari Pargendler, para ocupar a presidência e Felix Fischer, para a vice-presidência do STJ e do Conselho da Justiça Federal (CJF). O atual presidente, ministro Cesar Asfor Rocha, foi eleito para a diretoria-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); a ministra Eliana Calmon, para a Corregedoria Nacional de Justiça; e o ministro Gilson Dipp, para a suplência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O processo de transição para a nova Presidência já foi iniciado. Logo após a eleição, o atual presidente entregou a seu sucessor um minucioso relatório com todas as informações e projetos da Corte. “É a primeira vez que há uma transição formalmente instalada no âmbito do STJ”, destacou o ministro Cesar Asfor Rocha, atual presidente do CJF e do STJ.

Em rápido discurso de agradecimento, o presidente eleito, Ari Pargendler, pediu a colaboração de todos para que o Tribunal se projete cada vez mais no cenário jurídico nacional. Para ele, a eleição por aclamação e o respeito ao princípio da antiguidade é importante para evitar disputas internas prejudiciais ao Tribunal. Ari Pargendler será o décimo quarto presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Currículo

O ministro Pargendler faz parte da geração de juízes. Natural da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, o ministro é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira como advogado, tendo sido em 1972 nomeado procurador da República no seu estado natal, tornando-se, em seguida, procurador-chefe da Procuradoria Regional da República nesse mesmo estado.

Iniciou sua carreira como magistrado na Justiça Federal, em 1976, ano em que foi nomeado juiz federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, após aprovação em concurso público. Nesta instituição, atuou também como diretor do Foro no biênio 1978/1979.

No biênio 1980/1982, atuou como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Em 1989, ascendeu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e, seis anos depois, em 1995, tornou-se ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde já atuou como presidente da 3ª Turma e membro da 2ª Seção, da 3ª Turma, da Corte Especial, do Conselho de Administração e da Comissão de Jurisprudência.

Em 03/09/2008 o ministro Ari Pargendler tomou posse como vice-presidente do STJ e do CJF. Ele já havia sido membro do Colegiado do CJF, inicialmente entre 2002 e 2003, como suplente e posteriormente como efetivo, até que, no biênio 2003/2005, exerceu o cargo de Coordenador-Geral da Justiça Federal. **Assessoria de Comunicação do STJ**

Feriado dia 11

Não haverá expediente na Justiça Federal (capital e interior) no dia 11 de agosto, quarta-feira. Conforme a **Lei 5.010/66, Art. 62, IV**, dia 11 é feriado neste órgão.